

TERRITÓRIO EDUCATIVO E INTERSETORIALIDADE: DAS CAMPINAS AO NOROESTE

Dejanira Fontebasso Marquesim

Universidade Estadual de Campinas – Brasil

dejaniraf@gmail.com

A constituição Federal de 1988 tornou-se um marco de direitos para população brasileira, no seu artigo 6º descreve quais são eles “[...]a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. No entanto, não é suficiente para a população a letra morta da lei, faz-se necessário transformá-la em ação.

A responsabilidade pela efetivação do direito social na vida do cidadão se dá nas sociedades capitalistas por meio de regimes de corresponsabilidades entre o Estado, a sociedade e a família. Entretanto, nas sociedades democráticas, o Estado tem se configurado como um ator prioritário na agenda, formulação, financiamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, atuando por meio dos governos que o assumem temporariamente. Ainda assim, os dados da realidade social brasileira revelam problemas e contradições importantes na redução das desigualdades e na garantia cotidiana dos direitos constitucionais na vida do cidadão.

A educação, um direito cuja política pública se propõe de alcance universal, garantindo a todo cidadão dos 4 aos 17 anos escolaridade pública, gratuita e obrigatória é exemplo dessas contradições. Historicamente a escola tem se colocado como o lugar de aprendizagem e se proposta a garantir a emancipação humana, no entanto, a realidade atual nos leva a concluir que essa é uma tarefa complexa, não restrita aos muros escolares.

As Cidades Educadoras, originárias na Espanha e que ganha força a partir da década de 90, introduz um novo olhar para a educação e a escola no que tange a garantia dos direitos sociais. Assumindo o cidadão como um sujeito inteiro e compreendendo os diferentes espaços da cidade como educadores, trata as políticas públicas como ações interligadas e educativas abandonando a segmentação, adotando a estratégia da intersectorialidade. As cidades expandem para além de suas funções tradicionais, se tornam capazes de reconhecer, promover e exercer um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. As

diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano.

A pesquisa descrita nesse trabalho objetivou problematizar a importância da escola para a promoção de intervenções intersetoriais no território de vida dos estudantes, ampliando os ativos sociais das famílias e sua percepção de direitos por meio da constituição de um território educativo, de educação integral e integrada e assim apreender a potência desse processo na superação de muitas situações de vulnerabilidades.

Pretendeu-se verificar se a constituição de um território educativo qualificou os processos educativos que acontecem nos tempos e espaços de vida das pessoas, envolvendo atores, instituições e processos, oportunizando assim, maior acesso aos direitos sociais, nos termos da Carta Cidadã. Nesse sentido, busca compreender se a escola ao expandir suas ações, romper seus muros e promover ações intersetoriais, reconhecendo as dinâmicas educativas existentes no território de vida dos seus estudantes contribui para a melhoria da formação cidadã, da percepção e fruição das oportunidades sociais.

A hipótese central é de que quando as políticas públicas são formuladas tomando como estratégia de ação a intersetorialidade, partindo de lutas enraizadas no território, têm mais condições de promover processos e resultados exitosos, além de se engajarem nas pautas dos grupos sociais territorializados demonstrando maior impacto na superação das vulnerabilidades. A escola, nessa dinâmica se coloca como uma instituição essencial e interconectada devido ao seu potencial de capilaridade nos territórios. Por outro lado, de modo geral as comunidades reconhecem e atribuem um valor social à escola, utilizando-se de seus serviços e lutando por sua implementação, permanência e aprimoramento. Enquanto tal, pode alçar como um serviço integrador que se expande pelo bairro e pela região, se sincroniza com outras ações, equipamentos, projetos, profissionais, educadores sociais, manifestações políticas culturais, populares e contribui para o aprimoramento da percepção dos sujeitos com relação aos ativos de oportunidades presentes no território e a garantia de seus direitos fundamentais.

Trata-se de um estudo qualitativo que tem como lócus a Região Noroeste do Município de Campinas/SP no qual a pesquisadora está imersa no campo empírico por ser servidora pública municipal. Operando com o conceito de Território Educativo,

geografia das oportunidades e efeito vizinhança analisa dados contidos em fontes documentais e fontes não documentais. O levantamento documental circunscreveu-se a análise do registro de várias ações desenvolvidas na história do território e as fontes não documentais oriundas dos registros de atuação profissional da pesquisadora no território, diários de campo, reuniões setoriais e escuta de lideranças comunitárias. Foram selecionados três segmentos de vozes importantes para este estudo: a comunidade, os servidores públicos e formadores. As entrevistas foram transcritas de modo literal, respeitando-se exatamente a fala dos entrevistados. Em seguida, o conjunto das transcrições foram transformadas num corpus textual único, monotemático para tratamento dos dados via *software* chamado Iramuteq.

Os resultados parciais demonstram a potencialidade da educação como transformadora da vida dos sujeitos, sendo a escola, um elemento essencial para agrupar e organizar esse conhecimento desde que se conecte ao território e a história do povo que ali vive. Revela a importância da estratégia da intersectorialidade como decisão de gestão para garantir a visibilidade dos sujeitos, das ações e das instituições que atuam no território concomitantemente, elaborando-se políticas públicas capazes de transformar a realidade a partir dos efeitos conjuntos e conjugados. Cria-se uma possibilidade efetiva do manejo da escola fomentando o território educativo numa perspectiva cultural emancipatória dos sujeitos, entretanto, é necessário pautar como a Política Pública pode garantir a permanência e as condições de implementação da intersectorialidade e de projetos contínuos e interconectados na comunidade. A questão que se coloca em muitas realidades é que mesmo com uma estrutura de oportunidades relativamente positiva as populações continuam, muitas vezes, reproduzindo intergeracionalmente o mesmo padrão de vulnerabilidade e pobreza.

Katzman (1999) explica que ao analisarmos as desigualdades sociais faz-se necessário não só examinar os atributos básicos disponíveis a cada família, é necessário analisar as estruturas de oportunidades associadas a capacidade das famílias para gerar e mobilizar ativos para tirar proveito dessas oportunidades e como essas são variáveis de acordo como território, a sua história e suas relações. As relações que se constituem no território geram o chamado efeito vizinhança, ou seja, as interações que se estabelecem entre as pessoas, os grupos e os serviços no território são potentes para a formação do

capital social, processos identitários e assim podem afetar as possibilidades do grupo de transformar as oportunidades em capital social variados.

Existe uma potência na escola para atuar na formação da comunidade, auxiliar na articulação desta, na circulação das informações, na organização e formação para participação social, reconhecida e aproveitada na experiência estudada, que gradativamente melhora a percepção que os sujeitos tem sobre seus direitos sociais e as oportunidades existentes para transformação da realidade do território, ampliando a cidadania.

Contudo, há um problema a ser apontado, a estratégia da intersetorialidade e a abertura das comunidades para o território ainda está muito ligada ao protagonismo de alguns sujeitos que ocupam lugares importantes nos diferentes serviços, ainda está presa a ações e esforços individuais, não aparecendo nos planejamentos centrais e, na formulação das políticas públicas. Para que a intersetorialidade se efetive é necessário que seja incorporada como um modelo de gestão adotado pelo poder público com reflexos nas políticas públicas e na atuação dos serviços e na efetivação dos direitos.

Palavras Chaves: Território Educativo, Política Pública, Intersetorialidade, Escola, cidadania.

Referências:

FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. **CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**. 2015. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19198/1/2015_SuellenWallaceRodriguesFernandes.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, v. 2001, n. 22, p. 102-110, jan. 2001. Disponível em: http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

KAZTMAN, Ruben. **Activos y estructuras de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en uruguay. Montevideo: Nu. Cepal. Oficina de Montevideo/

Pnud, 1999. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28651/LCmvdR180_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 maio 2020.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e Políticas de Assistência Social**: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.